

ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE LIBRAS E DA PREPARAÇÃO OPERACIONAL PARA ABORDAGEM DE PESSOAS SURDAS ENTRE ALUNOS DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA

Alfredo Schuch *
Luciana Mara Silva **

RESUMO: A Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), inserida no Sistema Único de Segurança Pública, presta atendimento a uma sociedade plural, incluindo aproximadamente 102 mil pessoas surdas estimadas no estado, segundo projeção do IBGE (2022). Considerando os direitos humanos e a necessidade de acessibilidade comunicacional, investigou-se o nível de conhecimento dos alunos sargentos do Curso de Formação de Sargentos (CFS) de 2023 da PMSC em relação à Língua Brasileira de Sinais (Libras) e suas implicações na abordagem a pessoas surdas. A pesquisa adotou metodologia descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa e quantitativa, valendo-se de levantamento bibliográfico, documental e aplicação de questionário online com 341 alunos sargentos em formação na Academia de Polícia Militar da Trindade (APMT), número estatisticamente representativo. Os resultados demonstraram que 76,5% dos respondentes desconhecem Libras e apenas 0,6% afirmam ter fluência, além de ampla percepção de despreparo para abordagens a pessoas surdas nas diversas situações típicas do serviço policial. Constatou-se que, embora a APMT ofereça a disciplina em cursos iniciais, ainda é insuficiente a capacitação em larga escala, especialmente na formação continuada. A pesquisa conclui pela necessidade de ações estruturadas de capacitação, ampliação da disciplina de Libras nos cursos e implantação de Procedimento Operacional Padrão (POP) para abordagem policial a pessoas surdas, como estratégia de respeito à cidadania, à equidade e à eficiência no serviço público.

Palavras-chave: abordagem policial; pessoa surda; libras; acessibilidade comunicacional; Polícia Militar de Santa Catarina.

DOI: <https://doi.org/10.36776/ribsp.v7i18.235>

Recebido em 27 de junho de 2024.

Aprovado em 02 de agosto de 2024

* Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5895-8065> - CV: <http://lattes.cnpq.br/4375542623060294>

** Faculdade da Polícia Militar de Santa Catarina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3513-2375> - CV: <http://lattes.cnpq.br/3005116350546030>.



ANALYSIS OF THE LEVEL OF KNOWLEDGE ON LIBRAS AND OPERATIONAL PREPAREDNESS FOR APPROACHING DEAF INDIVIDUALS AMONG STUDENTS OF THE SERGEANT TRAINING COURSE OF THE MILITARY POLICE OF SANTA CATARINA

ABSTRACT: The Military Police of Santa Catarina (PMSC), as part of Brazil's Unified Public Security System, serves a plural society, including an estimated 102,000 deaf individuals in the state, according to IBGE (2022). Considering human rights and the need for communicational accessibility, this study aimed to assess the knowledge level of the 2023 Sergeant Training Course (CFS) students regarding Brazilian Sign Language (Libras) and its impact on police approaches to deaf people. The research employed a descriptive and exploratory methodology, combining qualitative and quantitative approaches, using bibliographic and documentary analysis, and a questionnaire administered to 341 sergeant students from the Military Police Academy of Trindade (APMT), a statistically representative sample. Results revealed that 76.5% of respondents were unfamiliar with Libras and only 0.6% were fluent, alongside a widespread perception of unpreparedness for interactions with deaf individuals. Although the academy includes Libras in its training curricula, training remains limited, particularly in ongoing education. The study concludes with the recommendation to expand Libras instruction, promote continuous training, and implement a Standard Operating Procedure (POP) for police approaches to deaf individuals, reinforcing inclusion, equality, and effective public service delivery.

Keywords: Police approach; deaf person; sign language; communication accessibility; Military Police of Santa Catarina.

1. INTRODUÇÃO

Segundo o IBGE 2010, 5% da população brasileira tem alguma deficiência auditiva. Deste grupo, 27% possuem surdez profunda, necessitando se comunicar por meio de Libras (IBGE, 2011). Os dados preliminares do Censo 2022 do IBGE indicam que a população brasileira é de 203.062.512 habitantes, o que significa existir aproximadamente 2.741.344 pessoas surdas, que necessitam se comunicar por meio de libras, se mantida a mesma proporção desconsiderando-se uma eventual taxa de crescimento. Ainda segundo o Censo 2022 a população de Santa Catarina é de 7.609.601 habitantes, de onde se estima haver 102.730 pessoas surdas que necessitam se comunicar por libras, se mantida a mesma proporção e se desconsiderar eventual taxa de crescimento (IBGE, 2022).

Conforme previsto no artigo 3º da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão, cabe às instituições públicas e às empresas concessionárias de serviços públicos de saúde assegurar atendimento e tratamento apropriado às pessoas com deficiência auditiva, em consonância com as normas legais vigentes (Brasil, 2002).

No contexto desta pesquisa, torna-se relevante incluir a concepção de polícia como instituição pública. Nesse sentido, Balestreri (1998) entende que a polícia foi criada pelas sociedades urbanas com o propósito de restringir os elementos desordenadores inerentes à vida coletiva. Para o autor, trata-se de uma instância de contenção simbólica, comparável a um “superego social”, indispensável à regulação das pulsões negativas que emergem do inconsciente coletivo.

O policial detém de autoridade natural e a exerce no sentido de promover e garantir os direitos humanos. Papel este, que muito pode contribuir para mitigar eventual descrédito social e assegurá-lo dessa autoridade moral como agente da democracia. Para tanto, sendo considerado como instrumento de transformação é necessária a aproximação com todos os membros da sociedade (Balestreri, 1998).

A polícia militar, inserida no Sistema Único de Segurança Pública - SUSP (Lei 13.675/2018), tem a tendência de assumir sua função de prestadora de variados serviços e o policial militar tem o dever perante o Estado de oferecer um serviço de qualidade a todos os cidadãos. Sob este prisma, o agente de segurança pública – inserido em uma nação que abriga uma população dotada de tanta pluralidade, composta por diferentes gêneros, classes, faixas etárias, ideologias, crenças e etnias – deve ser capaz de estabelecer canais eficazes de comunicação com todos os membros da sociedade, acolhendo e mitigando toda e qualquer forma de preconceito.

A pesquisa trata de mais um desafio no contexto da garantia da ordem pública de nosso país. Dada a abrangência da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) nos mais diversos rincões catarinenses, resta bem evidente que num dado momento da atividade, o policial militar se deparará

com a necessidade de abordar alguma pessoa surda. Apresentar-se-á na seção 2.4 dados relacionados ao quantitativo de abordagens/interações entre policiais militares e pessoas surdas, entre os anos de 2003 e 2023 (PMSC, 2023b).

Dada a capilaridade da PMSC em todo o território catarinense, com aproximadamente 9.484 integrantes (PMSC, 2023a), torna-se passivo que o policial militar catarinense se depare com a necessidade de abordar/atender de alguma pessoa surda. Para tanto, acredita-se que, sob a forma de um Procedimento Operacional Padrão (POP) a ser proposto, será possível instruir policiais militares para proceder com abordagens e primeiras interações em pessoas surdas com segurança para ambos.

Diante da estimativa da população surda em Santa Catarina, a perspectiva de oferecer um serviço mais qualificado e direcionado para essa população repousa na justificativa social da pesquisa que trata de aproximar através da comunicação expressa, efetiva e eficiente para o consequente oferecimento de segurança/socorro/presença adequadas à comunidade surda.

Considerando que muitas das prevenções, ocorrências, chamados por socorro atendidos diuturnamente pela PMSC são resolvidos por meio da presença e da consequente interação vislumbra-se como elementar bem capacitar policiais militares para, com segurança e treinamento adequados, atender parcela tão importante de cidadãos catarinenses (pessoas surdas). Com a proposição de apresentar um diagnóstico sobre conhecimento dos integrantes do Curso de Formação de Sargentos (CFS) da PMSC sobre a temática de libras, foram colhidos junto aos alunos sargentos da 1ª edição do CFS de 2023, em formação na Academia de Polícia Militar da Trindade (APMT). Partiu-se da hipótese de se, ainda que tenham cursado a disciplina de Técnicas de Polícia Ostensiva (TPO), os policiais militares não se julgavam aptos a realizar abordagem policial em pessoa surda nos seguintes tipos: abordagem a pessoa, abordagem em condutor de veículo (fiscalização de documentação), abordagem em condutor de veículo (busca no veículo) e abordagem interagindo com pessoa em residência/comércio (cumprimento de mandado de busca e apreensão).

Diante do cenário exposto, apresenta-se o problema de pesquisa: qual o nível de conhecimento dos alunos sargentos do CFS 2023 em relação às libras, e como esse conhecimento impacta a abordagem policial à população surda?

Investigar o conhecimento dos alunos sargentos do CFS 2023 sobre libras e a sua inferência na abordagem à população surda foi o objetivo geral da pesquisa e os objetivos específicos foram: a) caracterizar aspectos sobre os direitos humanos e garantias fundamentais da pessoa surda para compreensão de como esses direitos devem ser assegurados nas abordagens policiais; b) realizar um diagnóstico do conhecimento de libras nos alunos sargentos do CFS 2023 para as abordagens à população surda; e, c) apresentar proposta de um POP para atendimento à população surda a fim de promover uma abordagem policial mais inclusiva às necessidades da população surda.

O conhecimento sobre a temática de libras desde o advento da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 e a sua regulamentação através do Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 é fundamental

para que o policial militar exerça suas funções com equidade perante toda a população. Tanto a lei, quanto seu regulamento tratou de apresentar metas a serem perseguidas no sentido de contemplar a comunidade surda de direitos básicos e providências necessárias, principalmente por parte do poder público, a fim de lhes proporcionar o pleno usufruto de sua cidadania (Brasil, 2002; 2005).

A comunidade surda se serve da língua brasileira de sinais para se comunicar, sem verbalização, entre si e os demais com quem convivem. Ignorar tal direito de se fazer compreender trata de deixá-los incompletos. A legislação brasileira sobre libras prevê o oferecimento de cursos aos docentes de diferentes níveis e para servidores públicos, justamente para melhorar o acesso da pessoa surda ao meio em que convive.

A corporação PMSC também tem por dever esta atribuição legal, comunicando-se de forma clara e com todos os grupos da sociedade. Afinal, sem interação, não é possível sequer tomar parte de qualquer acontecimento, seja ele de: prestar informação, orientação, exercer o poder legal que lhe é constituído, através da ordem de polícia, do consentimento de polícia, da fiscalização de polícia e da sanção de polícia, proceder com abordagens e salvamentos, etc.

Está dentro do escopo da pesquisa apresentar uma proposta de POP a fim de subsidiar policiais militares de Santa Catarina na preparação e nos procedimentos necessários às abordagens em pessoas surdas. Diante desse cenário, justifica-se a importância do desenvolvimento dessa pesquisa no âmbito da corporação, no sentido de aproximá-la da comunidade surda, garantindo-lhes os merecidos direitos e o pleno exercício da cidadania.

A pesquisa está estruturada em cinco seções, a primeira sendo esta, a introdução, a segunda seção trata do desenvolvimento do trabalho. Na terceira seção trata da metodologia adotada. A quarta seção trata da análise de dados coletados. E por fim, a quinta seção se prestará a discorrer sobre as considerações e achados da pesquisa seguidos das referências.

2. DESENVOLVIMENTO

A temática sobre o uso de libras na atividade policial militar, em especial para a realização/interação dos tipos de abordagens policiais elencados, objetos desta pesquisa é ampla e complexa. Essa seção discorre sobre alguns pontos, tais quais: direitos humanos e as garantias fundamentais da pessoa surda; comunicação inclusiva - língua brasileira de sinais e abordagem policial à pessoa surda.

2.1 Direitos humanos e garantias fundamentais da pessoa surda

A rotina dos operadores da ordem pública, especialmente os policiais militares, envolve o enfrentamento constante de variadas situações problemáticas no contexto social, relacionadas diretamente às interações humanas. Esses profissionais atuam em diferentes tipos de atendimento, desde o fornecimento de informações e apoio logístico até o socorro em emergências e

encaminhamentos a unidades hospitalares e delegacias. Em todas essas ações, um aspecto é transversal: a comunicação. Esta se configura como elemento essencial, de caráter universal e democrático, sendo indispensável para a mediação e resolução de conflitos que emergem nas dinâmicas sociais.

No entendimento de Behares, os direitos humanos estão intrinsecamente relacionados às políticas linguísticas direcionadas aos indivíduos e seus agrupamentos, sendo parte constitutiva da própria condição humana. Assim, quando pessoas surdas se organizam em comunidades, esses mesmos direitos devem ser assegurados a elas, em igualdade de condições com os demais segmentos sociais (Behares, 2017).

A partir da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, diversas constituições nacionais passaram a incorporar em seus textos princípios fundamentais que consolidam direitos básicos como vida, liberdade, saúde, moradia e identidade, além de promoverem os alicerces dos direitos civis e sociais. Embora essa declaração não tenha feito referência explícita às línguas e seus falantes, é possível interpretar que os direitos linguísticos se encontram incluídos no conjunto de garantias atribuídas a grupos cultural e etnicamente diferenciados (Behares, 2017).

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 refletiu essas preocupações ao estabelecer, logo em seu artigo 1º, inciso III, que a dignidade da pessoa humana constitui um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Já no artigo 4º, reforçou-se o compromisso com a prevalência dos direitos humanos e com a busca pela solução pacífica dos conflitos no âmbito das relações internacionais (Brasil, 1988).

Faz-se assim necessário refletir: o que poderia ser melhor para o cidadão (respeitada sua individualidade) que poder recorrer ao socorro/amparo do Estado senão pela comunicação? Não se dando por satisfeitos e preocupados com o “modismo inclusivista”, alguns dos governos passaram a apreciar/legislar sobre temas polêmicos, como por exemplo, a frequência de alunos com determinadas limitações em escolas regulares, os quais despertam interesse e simpatia na sociedade. São estes desafios importantes, contudo de difícil implementação em sua plenitude (Benassi, 2012).

No ano de 2020, o Estado brasileiro formalizou seu compromisso com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), ao aderir aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essa adesão foi consolidada por meio do Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020, o qual instituiu a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031. O documento, originado a partir de deliberações do Comitê Interministerial de Governança, estabeleceu, no eixo social, a diretriz 5.1, que contempla o desafio de efetivar os direitos humanos fundamentais e a cidadania. Entre as metas estipuladas, destaca-se o aprimoramento da governança dos programas e serviços especializados voltados ao atendimento de grupos vulneráveis, com ênfase na proteção de vínculos familiares e comunitários (Brasil, 2020b).

A concepção dessa política pública se alinha à meta ODS 16.10, cujo propósito é garantir o acesso público à informação e assegurar liberdades fundamentais, conforme previsto na legislação nacional e em tratados internacionais (Estratégia ODS, 2023).

No contexto da segurança pública, cabe destacar o papel constitucional atribuído às polícias militares. De acordo com o artigo 144 da Constituição Federal, tais instituições são responsáveis pela preservação da ordem pública e pela proteção da integridade física e patrimonial da população. Mais especificamente, o §5º desse artigo determina que compete às polícias militares a execução da polícia ostensiva e da manutenção da ordem (Brasil, 1988).

Dessa forma, considerando a função institucional das polícias militares como agentes garantidores de direitos fundamentais, é imperativo que a atuação dessas corporações respeite as particularidades e especificidades de todos os cidadãos, incluindo pessoas com deficiência, como as surdas. A seguir, serão abordadas as características da comunidade surda, sua forma de comunicação e os esforços governamentais voltados à capacitação de profissionais de segurança pública para promover a inclusão e assegurar o direito à comunicação dessa população.

2.2 Comunicação inclusiva – Língua Brasileira de Sinais – Libras

Com o propósito de fundamentar o estudo sobre a comunicação inclusiva por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras), torna-se essencial compreender o conceito de surdez. Esta condição refere-se a uma privação sensorial que compromete a comunicação efetiva e interfere na forma como a pessoa surda interage com o ambiente. Sua origem pode ser congênita ou adquirida, sendo classificada em diferentes graus, desde leve até profunda, conforme parâmetros técnicos estabelecidos pelo Ministério da Educação (Brasil, 2006).

Segundo essa mesma instituição, existem dois sistemas principais através dos quais os seres humanos produzem e reconhecem a linguagem: o sistema sensorial, baseado nos sentidos da visão, audição e vocalização - característico das línguas orais - e o sistema motor, que envolve os movimentos visuais das mãos e braços - base das línguas de sinais. Quando o primeiro sistema se mostra inoperante, como ocorre com as pessoas surdas, o segundo assume papel primordial na construção da linguagem. Assim, reconhece-se que a língua natural dos surdos se manifesta por gestos dotados de estrutura gramatical própria, e estudos indicam que crianças surdas podem desenvolver uma forma espontânea de linguagem gestual, mesmo sem instrução formal em Libras. Tal fenômeno assemelha-se à interação entre falantes fluentes de idiomas completamente distintos (Brasil, 2006).

Autores como Dizeu e Caporali argumentam que a sociedade brasileira é fundamentalmente estruturada em torno da língua oral, exigindo dos indivíduos sua adaptação aos meios de comunicação majoritários, independentemente de suas limitações. Assim, formas alternativas de comunicação, como a língua de sinais, tendem a ser socialmente desvalorizadas em comparação com a oralidade. Além disso, é importante distinguir entre os conceitos de linguagem e de língua: enquanto a linguagem está ligada à expressão individual e subjetiva, a língua é um fenômeno coletivo, pertencente ao grupo social e à cultura. A língua de sinais, nesse contexto, não deve ser confundida com gestos aleatórios ou mímicas improvisadas, pois constitui um sistema linguístico legítimo, com regras próprias, tal como ocorre com a Libras no Brasil ou a *British Sign Language* (BSL) na Inglaterra (Dizeu; Caporali, 2005).



Com base nesses fundamentos, o Estado brasileiro, amparado pelos direitos e garantias fundamentais previstos no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão por meio da promulgação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Posteriormente, regulamentou essa legislação por meio do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Esse decreto define a pessoa surda como aquela que, em virtude da perda auditiva, interage com o mundo prioritariamente por meio de estímulos visuais, manifestando sua cultura através do uso da Libras. Também estabelece critérios técnicos para a caracterização da deficiência auditiva e determina a obrigatoriedade da inclusão da Libras como disciplina curricular nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia, além de incentivá-la como componente optativo em demais cursos de ensino superior e educação profissional (Brasil, 2005).

De acordo com Benassi (2012), paulatinamente o poder público tem se esforçado, reconhecendo libras como meio de comunicação da comunidade surda, sob a forma da Lei. Para tanto, o Estado tem investido na criação/oferecimento de cursos de licenciatura em libras e capacitações ao funcionalismo público dada a necessidade de efetividade da legislação sobre a temática. Ocorre que faltam profissionais capacitados e comprometidos com o aprendizado dos alunos para o ensino de libras, aliado à carga horária que, não é fixada por lei (e até por vezes, optativa), tem seu regramento definido pelos cursos de licenciatura das instituições de educação superior.

Considerando a relevância de garantir às pessoas com deficiência o pleno acesso aos direitos assegurados a todo cidadão, foi instituído, em julho de 2015, o Estatuto da Pessoa com Deficiência por meio da Lei nº 13.146. Essa norma visa promover a inclusão social e a cidadania, assegurando, em igualdade de condições, o exercício de direitos e liberdades fundamentais por parte da população com deficiência. Define-se, nesse contexto, que tal condição abrange impedimentos físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais de longo prazo que, em interação com barreiras diversas, dificultem a plena participação social. A lei também amplia o conceito de comunicação, incluindo nela não apenas a linguagem oral e escrita, mas também alternativas como Libras, Braille, sistemas táteis, tecnologias assistivas e outros meios visuais e digitais que viabilizem a interação entre os cidadãos (Brasil, 2015).

Dentre os inúmeros desafios enfrentados pela comunidade surda, destacam-se a ausência de compreensão familiar, barreiras físicas e tecnológicas em residências e espaços públicos, impossibilidades de leitura labial devido à má articulação oral, deficiências na comunicação em geral e impactos psicológicos como a depressão, entre outros fatores que comprometem sua qualidade de vida (Pfeifer, 2020).

No mesmo sentido, o Decreto nº 5.626, de 2005, ao regulamentar a política de promoção da Libras, previu como responsabilidade das esferas federal, estadual e municipal a criação de instrumentos para implantar, monitorar e difundir o uso da língua de sinais e sua interpretação, bem como a destinação de recursos orçamentários para a formação e capacitação de profissionais voltados a esse fim. Essas medidas visam qualificar o atendimento prestado à comunidade surda, especialmente no serviço público (Brasil, 2005).

Apesar dos avanços normativos, especialistas apontam que tais determinações ainda não resultaram na expansão necessária de cursos e capacitações em número e qualidade adequados para atender à demanda. As limitações na infraestrutura e na formação docente comprometem a efetividade das políticas de inclusão (Benassi, 2012).

Além disso, observa-se que pessoas com deficiência auditiva ainda enfrentam, cotidianamente, barreiras comunicacionais significativas, em especial pela falta de preparo dos ouvintes para se comunicar por Libras. Diante disso, reforça-se a necessidade de que o Estado brasileiro mantenha e amplie políticas públicas que garantam a acessibilidade comunicacional a essa parcela da população (Bond, 2019).

Na seção seguinte, serão discutidos os conceitos e objetivos da abordagem policial à população surda, destacando-se os desafios específicos envolvidos nesse tipo de interação, os esforços empreendidos pela Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) na capacitação de seu efetivo e a importância de se instituírem procedimentos operacionais específicos que assegurem a assertividade e a eficácia desse atendimento.

2.3 Abordagem policial à comunidade surda

Assim como já mencionado na seção 2.1, a existência da polícia militar se justifica pela necessidade de o Estado ordenar as relações entre integrantes que convivem em sociedade. Para tanto, acresce-se às atividades inerentes da polícia a definição de abordagem policial que trata de uma aproximação necessária a fim de interpelar, identificar, buscar, podendo resultar em orientação, admoestação e até na prisão dos envolvidos (Santa Catarina, 2022).

Por mais que se desagrade a pessoa abordada, o Estado investe a polícia de autoridade para realizar procedimentos que variam de acordo com as circunstâncias do meio e da avaliação do policial acerca da pessoa com quem necessita interagir, seja em decorrência de crime ou não, e amparado pela lei (PINC, 2020).

É, portanto, na aproximação e na revista pessoal, que a interação essencial para cumprir a lei, cessar ou impedir crimes. A verbalização é até então a precursora do prosseguimento da abordagem policial ao uso da força necessária para o sucesso e segurança, para todos. Resta o questionamento: está o policial militar preparado para interagir com uma pessoa surda, por meio de libras? abordar? prestar socorro? (Ribeiro, 2021).

O uso do Procedimento Operacional Padrão (POP) é um dos meios para tornar conhecidas, estáveis e acessíveis tais atividades, bem como para viabilizar que essas sejam gerenciadas de modo efetivo nas organizações (Correa *et al*, 2020).

As corporações policiais têm importante missão neste sentido. Perpassando para seus policiais opções/cenários e ações/consequências de forma que as suas atitudes estejam os mais

adequado possíveis para as situações/ocorrências a serem diuturnamente enfrentadas. Essa forma específica de carrear/conduzir os comportamentos dos policiais para com o público é chamado de procedimento operacional. As instituições policiais tomando ciência sobre a importância dessas padronizações (e necessários treinamentos) têm incentivado a propositura/aplicação prática dos POPs para as mais diversas atribuições desenvolvidas pelos policiais. Com atitudes como essas, as corporações conseguem mapear soluções para as ocorrências policiais, mitigando esquecimentos, erros, falhas e posturas desproporcionais, como o uso desproporcional da força, tudo culminando em segurança para o policial e para as pessoas direta e indiretamente envolvidas (PINC, 2020).

Na seção seguinte serão apresentados dados obtidos a partir da Diretoria de Pessoal (DP), da Agência Central de Inteligência (ACI), da Divisão de Formação e Graduação (DFG) e da Divisão de Ensino Continuo (DEC), sendo estas últimas divisões da APMT, juntamente com as ações adotadas, até o presente momento por esta, no sentido de capacitar policiais militares para o atendimento à pessoa surda.

2.4 A constituição dos esforços da Polícia Militar de Santa Catarina na formação e capacitação de policiais militares

Já se passaram 20 anos desde o advento da lei e resta a pergunta: quais as ações de ordem prática-operacional que foram dirigidas à PMSC, a qual pela presença diuturna lida com relações humanas, para bem (melhor) atender as pessoas surdas? Para responder ao questionamento anterior, nada melhor que situar a leitura a partir de dados obtidos das diretorias/divisões da PMSC.

Na Diretoria de Pessoal (DP) da PMSC obteve-se a informação que a polícia militar conta com efetivo policial militar de 9.484 integrantes, sendo estes dados computados em 03 de agosto de 2023 (PMSC, 2023a).

Já a partir da Agência Central de Inteligência (ACI), desde o advento da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 até o oferecimento da resposta (11 de agosto de 2023) a PMSC atendeu 1.243 ocorrências/chamados envolvendo pessoas surdas (PMSC, 2023b).

E ainda, conforme já citado na introdução desta pesquisa, considerando a população catarinense surda estimada em 102.730 habitantes (IBGE, 2022), pode-se estabelecer por meio de uma simples proporção, que 1,2% dessa população surda já obteve contato/atendimento pela PMSC.

Pode numa primeira análise esse percentual parecer ínfimo, contudo, para oferecimento da competente resposta deve-se analisar também, o contexto formativo de capacitação dos policiais militares para atendimento dessas ocorrências/chamados; se estão os policiais militares preparados e como se sentem (preparados) para tais atendimentos. Considerando que a APMT no corrente ano (2023) só detinha alunos no CFS, em nível de pós-graduação; a partir desses, explorou-se por meio de questionário *online* acerca da percepção e do preparo desses para realização de abordagens em pessoas surdas, para as quais serão tecidas análises na seção 4 desta pesquisa.

Quanto ao contexto formativo inicial de cursos já realizados na APMT, junto da Divisão de Formação e Graduação (DFG) obteve-se informação que, para a graduação do Curso de Formação de Soldados (CFSd) foi oferecida a disciplina de libras na modalidade de Ensino à Distância (EaD) para 1.038 alunos, entre os anos de 2020 e 2021; e para a graduação do Curso de Formação de Oficiais (CFO) foi oferecida a disciplina de libras na modalidade optativa, mas cursada por todos, para 92 alunos, nos anos de 2014, 2015 e 2021 (PMSC, 2023c).

Oportunamente, aos 414 alunos do CFS nas edições de 2020 e 2022, foram oferecidas capacitações sobre a temática libras, através de palestras ministradas por integrantes do Departamento de Libras da UFSC e integrantes da Associação de Surdos do Extremo Sul Catarinense, respectivamente (PMSC, 2023c).

Com referência ao ensino de libras na formação continuada (pós formados), segundo a Divisão de Ensino Continuoado (DEC), no que se refere ao oferecimento de capacitação através de outros cursos/treinamentos/estágios ou revitalizações, nos anos de 2009, 2019/1º semestre e 2019/2º semestre, 67 policiais militares participaram de curso de libras para policiais nos níveis básico e intermediários, respectivamente (PMSC, 2023d).

Com a apresentação dos levantamentos acima, resta evidenciado, que apesar da corporação dispor da disciplina de libras nas malhas curriculares dos cursos de formação inicial da PMSC, ainda foram poucos os policiais militares, em pronto emprego (formados), capacitados ao atendimento ao cidadão surdo, considerando o período em que estão na PMSC. Para tanto, através dos bancos formativos é dever da APMT, enquanto órgão de execução de ensino da PMSC e instituição de ensino superior, esforçar-se para capacitar ainda mais policiais militares para melhor atender às pessoas surdas.

Oportunamente, na seção 4 deste trabalho serão apresentadas análises com referência aos alunos sargentos, integrantes do CFS 2023, 1ª edição, e suas percepções/preparo para atendimento/abordagem em pessoas surdas.

A partir da próxima seção será detalhada a metodologia utilizada para bem desenvolver a pesquisa, bem como apresentar como foram auferidos os dados e informações necessárias.

3. METODOLOGIA

Após a definição do objeto de estudo, o plano de pesquisa foi estruturado com base em métodos e técnicas reconhecidos na literatura científica. O delineamento adotado caracteriza-se como descritivo e exploratório. A pesquisa é descritiva por buscar identificar e relatar as principais características da população estudada, e exploratória por permitir, durante o processo de coleta de dados, a ampliação da compreensão do tema, a definição mais precisa dos objetivos, a formulação de

hipóteses e, eventualmente, a identificação de novos enfoques investigativos. Tal natureza flexível justifica sua classificação como uma proposta de planejamento modular, conforme destacam Prodanov e Freitas (2013).

No que diz respeito à abordagem metodológica, optou-se por um modelo misto, combinando métodos qualitativos e quantitativos. Essa estratégia permitiu a análise simultânea de dados numéricos e descritivos, conforme recomendações de Creswell (2007), que destaca a implementação paralela da coleta de dados como uma das características dos estudos de métodos mistos. A definição da ênfase entre os tipos de dados, bem como a aplicação de estruturas teóricas indutivas ou dedutivas, integra as decisões estratégicas de condução desse tipo de investigação.

O método lógico adotado foi o indutivo, pautado na premissa de que a partir da observação empírica de casos particulares é possível chegar a generalizações sobre o fenômeno estudado. Assim, os resultados foram construídos com base em regularidades e padrões identificados no conjunto dos dados coletados, conforme defendem Prodanov e Freitas (2013).

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa envolveu levantamento bibliográfico, análise documental e aplicação de questionário. O levantamento teórico foi realizado a partir de obras acadêmicas publicadas, incluindo livros, artigos científicos e documentos institucionais, com o intuito de contextualizar e fundamentar a análise sobre a temática da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no contexto da formação policial.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, etc. e a pesquisa documental com documentos institucionais. Buscou-se averiguar a eventual existência de disciplina sobre a temática de libras nos cursos de formação e aperfeiçoamento da APMT, considerando o período transcorrido de vigência da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais) e de seu regulamento, Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

O levantamento bibliográfico foi realizado na base de dados da Biblioteca APMT por constituir um acervo específico e qualificado na área de Segurança Pública e no portal OasisBR, por ser uma fonte coletora de documentos acadêmico-científicos em acesso aberto no Brasil e também no Portal da Capes, com uma variedade de documentos de cunho acadêmico-científico.

Como instrumento de coleta de dados aplicou-se um questionário *online* (Google Forms) junto ao corpo discente do CFS 2023, em formação junto da APMT, isto é, 359 alunos sargentos, caracterizada pela população desta pesquisa. O *link* do questionário foi enviado aos respondentes no dia 24 de julho de 2023, com apoio dos sargentos monitores dos pelotões da Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (ESFAP). O questionário, conforme apresentado no Apêndice A, contemplou 13 questões de múltipla escolha para atender ao objetivo de investigar o conhecimento dos alunos sargentos do CFS 2023 sobre libras e a sua inferência na abordagem à população surda.

A amostra foi constituída por meio de uma amostragem aleatória simples, oferecendo a todos os elementos da população oportunidade de fazer parte da amostra. Com a população de 359 alunos, a amostragem realizada para ser validada a pesquisa com 98% de confiabilidade e margem de erro de 2% fica em torno de 331 pessoas, sendo que ao todo foram entrevistadas 341 pessoas, atingindo o número para ser validada a pesquisa.¹

Para as questões fechadas, utilizou-se do método estatístico, fundamentando-se pela aplicação da boa probabilidade para se constituírem como verdadeiras as investigações (Prodanov; Freitas, 2013). Para tanto, os resultados serão apresentados e analisados por meio de gráficos/tabelas na próxima seção.

Seguindo para a próxima seção, tratar-se-á de analisar e tecer comentários acerca dos dados levantados junto dos alunos do CFS 2023, primeira edição.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Os alunos do CFS edição 2023 preencheram o questionário (Apêndice A), o qual foi subdividido em três temáticas: (1) informações básicas do policial militar; (2) informações sobre os conhecimentos de libras sobre o atendimento de ocorrências envolvendo pessoa surda; (3) informações sobre ocorrências envolvendo pessoas surdas.

4.1 Informações básicas do policial militar

A primeira e a segunda questão abordaram a origem dos respondentes advindos das mais diversas Organizações Policiais Militares (OPMs) da PMSC, os quais passam, em formação, a estar vinculados a uma turma/pelotão do CFS/2023. Há representação de todos os 12 Comandos de Região Policial Militar (CRPM) da PMSC em todos os pelotões do CFS 2023.

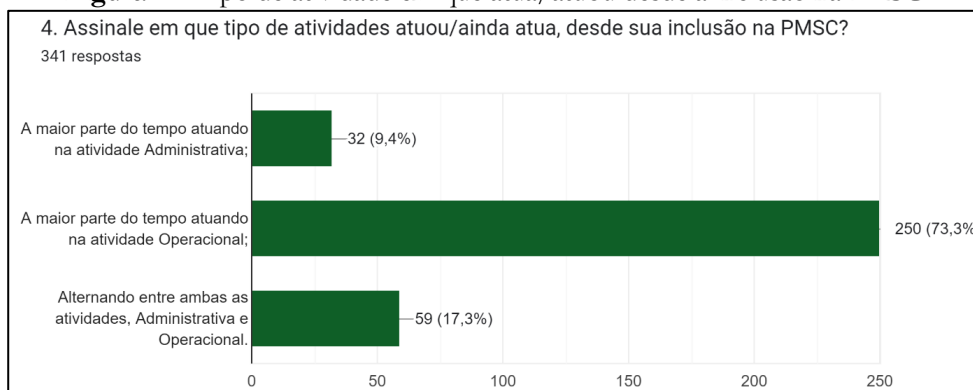
Procurou-se saber o tempo de atuação dos respondentes como policial em Santa Catarina, (78,9%) atua há mais de 20 anos como policial militar, 12,9% entre 10 a 20 anos e 8,2% há menos de 10 anos. Esses dados sugerem que há uma proporção significativa de membros que acumularam experiência ao longo dos anos de trabalho, atuando em diferentes segmentos, lidando com diversos tipos de pessoas nos mais diversos atendimentos realizados pela PMSC.

Referente à atuação profissional na PMSC dos respondentes a pesquisa aponta que 73,3% dos respondentes atua a maior parte do tempo na atividade operacional (Figura 1). Ou seja, encontra-se em atividade de linha de frente junto à população de Santa Catarina dotada de tanta pluralidade.

¹ Cálculo realizado por meio da plataforma SOLVIS. Disponível em: <https://solvis.com.br/calculadora/>.



Figura 1 – Tipo de atividade em que atua/atuou desde a inclusão na PMSC



Fonte: Dados da pesquisa.

A Figura 1 apresenta os resultados obtidos a partir da pergunta aplicada aos discentes do Curso de Formação de Sargentos (CFS) 2023 da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), referente ao tipo de atividade desempenhada desde sua inclusão na corporação. Dos 341 respondentes, 73,3% (n=250) indicaram ter atuado predominantemente em atividades operacionais, 17,3% (n=59) relataram alternância entre atividades administrativas e operacionais, enquanto apenas 9,4% (n=32) declararam atuação majoritária em funções administrativas. Esses dados demonstram a predominância de experiências operacionais entre os discentes, fator relevante para a análise de sua percepção sobre situações de campo, incluindo o atendimento a pessoas surdas em contextos de abordagem policial.

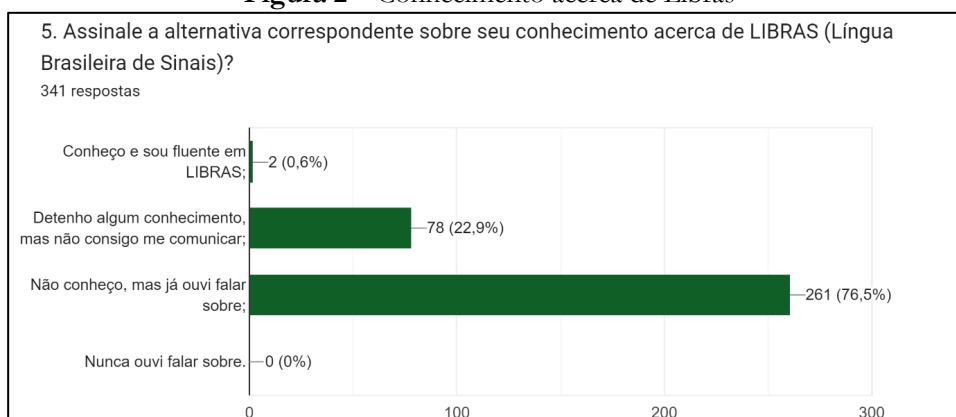
4.2 Informações sobre os conhecimentos sobre libras para atendimento de ocorrências envolvendo pessoa surda

No intuito de se obter um panorama do nível de conhecimento dos alunos em relação à Libras, questionou-se sobre o conhecimento acerca da temática. Entre os 341 participantes, 76,5% (n=261) afirmaram não conhecer a Libras, embora já tenham ouvido falar sobre ela; 22,9% (n=78) declararam possuir algum conhecimento, mas sem capacidade para se comunicar; e apenas 0,6% (n=2) indicaram fluência na língua.

Nenhum respondente declarou desconhecimento total do tema. Esses dados revelam um baixo nível de proficiência em Libras entre os discentes, o que evidencia a necessidade de ações formativas específicas voltadas à comunicação inclusiva com pessoas surdas no contexto da atividade policial.

Com base nas respostas infere-se, já num primeiro momento pela importância de palestras, treinamentos e/ou práticas sistematizadas a fim de melhorar a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes, corroborando com o apontamento de Dizeu e Caporali (2005), os quais afirmaram que a língua de sinais é minorada se comparada à língua oral.

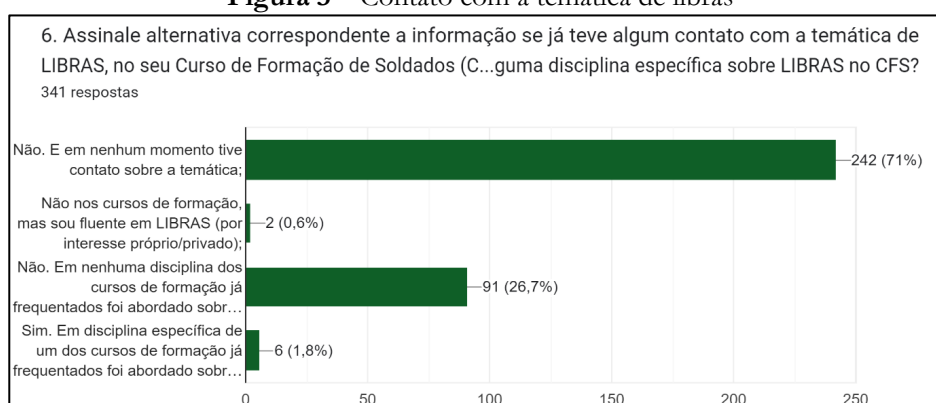
Figura 2 – Conhecimento acerca de Libras



Fonte: Dados da pesquisa.

A questão seis (Figura 3) buscou identificar o contato dos respondentes com Libras durante os cursos de formação ofertados pela APMT e/ou em alguma disciplina específica. A maioria dos respondentes (71%) afirmou que não teve nenhum contato com a temática de Libras nos cursos de formação, e 26,7% revelou que em nenhuma disciplina dos cursos de formação já frequentados foi abordada a temática de Libras. Apenas uma parcela de 1,8% informou ter conhecimento a partir de uma disciplina específica, conforme gráfico 6. Infere-se que essa questão não está sendo abordada de maneira significativa nesses contextos de formação policial militar. Contudo, é interessante reverenciar que 0,6% dos entrevistados mencionaram que, apesar de não terem contato com Libras nos cursos de formação, se tornaram fluentes na língua por interesse próprio ou privado. Os resultados destacam a necessidade de uma maior atenção à comunicação inclusiva nas formações dos policiais militares, garantindo a comunicação eficaz com todos os cidadãos, incluindo aqueles que têm deficiência auditiva, o que reverbera aos questionamentos de Ribeiro (2021): está o policial militar preparado para interagir com uma pessoa surda, por meio de libras? abordar? prestar socorro? (Ribeiro, 2021).

Figura 3 – Contato com a temática de libras



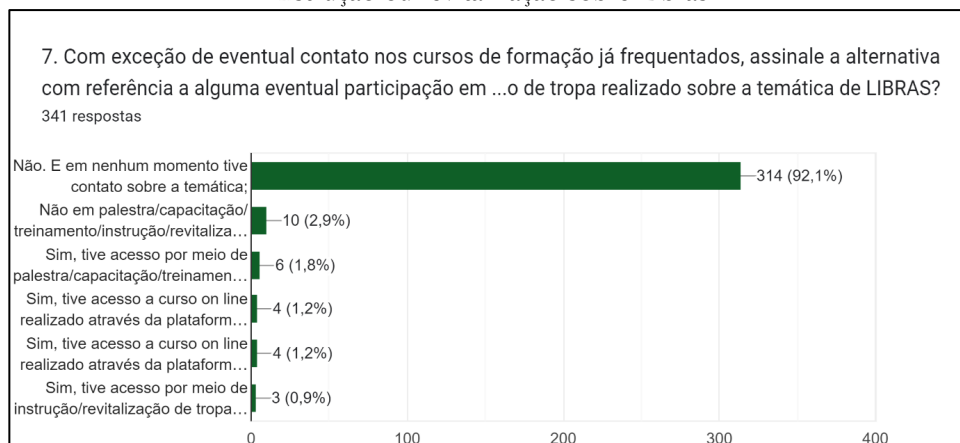
Fonte: Dados da pesquisa.

A questão sete (Figura 4) procurou observar se houve a participação dos respondentes em alguma palestra, capacitação, treinamento, curso, instrução ou revitalização sobre Libras. 92,1% dos



respondentes afirmaram que em nenhum momento teve contato com a temática. Os dados representados no gráfico 7 apontam um baixo conhecimento em relação a temática no grupo pesquisado, sugerindo uma maior conscientização e divulgação da importância da Libras na atividade policial.

Figura 4 – Participação em alguma palestra, capacitação, treinamento, curso, instrução ou revitalização sobre Libras



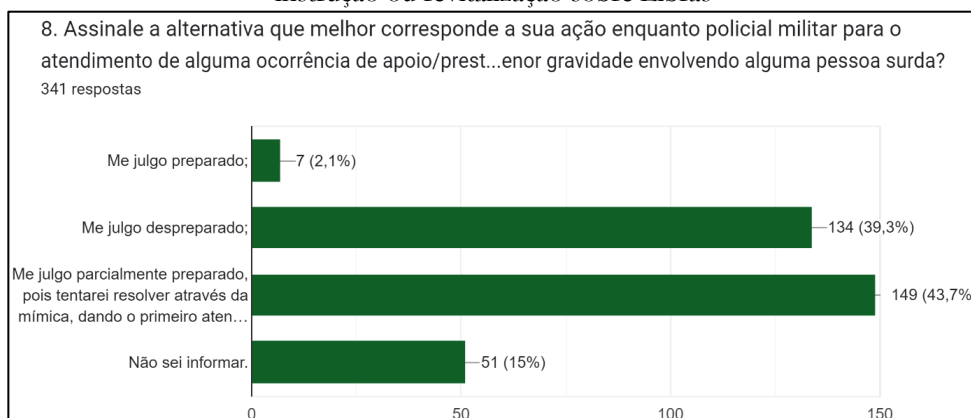
Fonte: Dados da pesquisa.

4.3 Informações sobre ocorrências envolvendo pessoas surdas

As questões de 8 a 13 proporcionaram um cenário de como os policiais sentem-se preparados para diversos tipos de abordagens envolvendo alguma pessoa surda.

Questionados se estariam preparados para apoio/prestação de informação ou atendimento de ocorrência de menor gravidade envolvendo alguma pessoa surda, 39,3% não se consideram preparados, 43,7% julgam-se parcialmente preparados com o uso de mímica para a abordagem (gráfico 8). Infere-se aqui a iminência de ações preparatórias e regulatórias para a abordagem policial a esse público, considerando que apenas 2,1% dos respondentes se julgam preparados.

Figura 5 – Participação em alguma palestra, capacitação, treinamento, curso, instrução ou revitalização sobre Libras

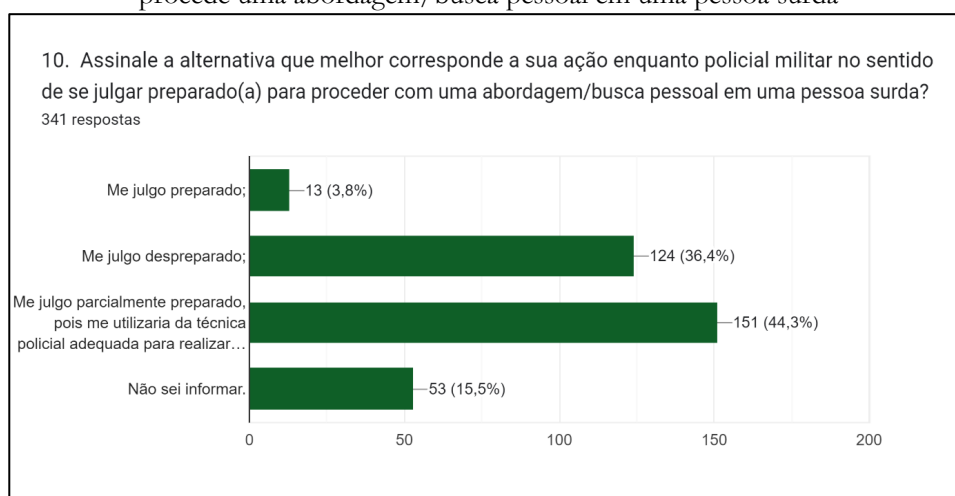


Fonte: Dados da pesquisa.

O cenário não foi muito diferente ao serem questionados se sentem-se preparados para o atendimento de uma emergência envolvendo alguma pessoa surda. Apenas 1,8% dos respondentes se julgam preparados, 16,7% não soube responder, 39,3% se consideram despreparados e 42,2% se julgam parcialmente preparados, valendo-se do uso da mímica para interação em abordagem.

Questionados se estariam preparados para uma abordagem pessoal envolvendo alguma pessoa surda, apenas 3,8% dos respondentes se julgam preparados, 36,4% se consideram despreparados e 44,3% se julgam parcialmente preparados para abordagem, por considerar bem se utilizar das adequadas técnicas policiais (Figura 6).

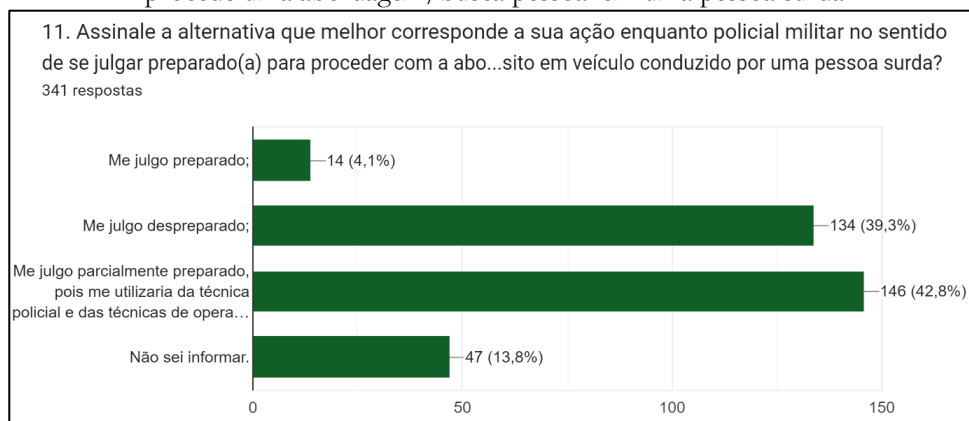
Figura 6 – Ação enquanto policial militar no sentido de julgar preparado para procede uma abordagem/busca pessoal em uma pessoa surda



Fonte: Dados da pesquisa.

Referente a abordagem/fiscalização de trânsito em veículo conduzido por uma pessoa surda, observa-se uma pequena elevação no número de policiais preparados, 4,1%. Contudo 39,3% ainda não se consideram preparados para a abordagem e 42,8% se julgam parcialmente preparados (Figura 7).

Figura 7 – Ação enquanto policial militar no sentido de julgar preparado para procede uma abordagem/busca pessoal em uma pessoa surda

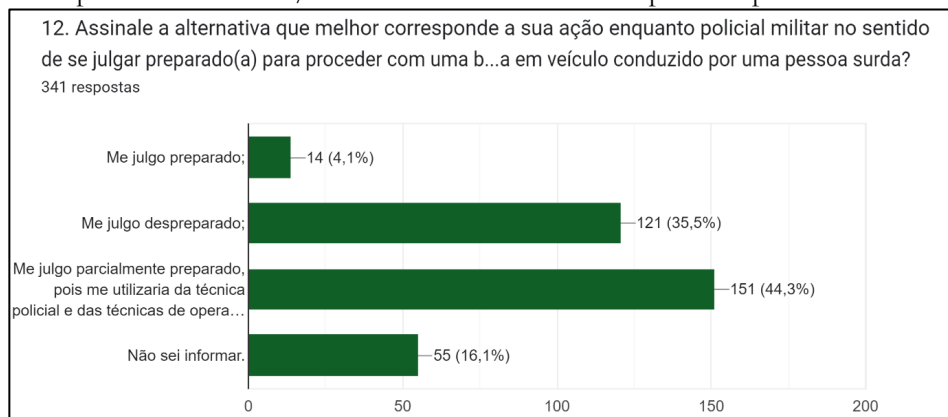


Fonte: Dados da pesquisa.



Questionados sobre o preparo para proceder com uma busca/revista em veículo conduzido por uma pessoa surda, obteve-se resultados similares: 4,1% se consideram preparados, 35,5% despreparados e 44,3% parcialmente preparados. Observa-se aqui uma parcela relativamente alta de 16,1% que não sabe informar o nível de preparo para conduta apresentada (Figura 8).

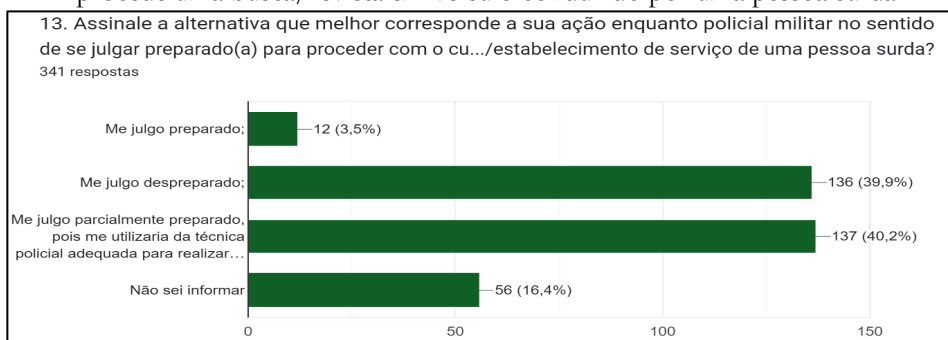
Figura 8 – Ação enquanto policial militar no sentido de julgar preparado para procede uma busca/revista em veículo conduzido por uma pessoa surda



Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação ao preparo para proceder com o cumprimento de um mandado de busca e apreensão em residência/estabelecimento de serviço de uma pessoa surda, 3,5% dos respondentes se julgam preparados, 39,9% não se consideram e 40,2% se julgam parcialmente preparados utilizando-se das adequadas técnicas policiais de abordagem (Figura 9).

Figura 9 – Ação enquanto policial militar no sentido de julgar preparado para procede uma busca/revista em veículo conduzido por uma pessoa surda



Fonte: Dados da pesquisa.

Com os resultados apresentados apontam-se para algumas considerações importantes:

É baixo o percentual de respondentes que se sentem preparados para abordagem com pessoas surdas; sugere-se assim, que pode haver uma falta de conhecimento ou habilidades específicas para lidar com esse público. Isso reforça a necessidade de programas de capacitação e treinamento para melhorar a competência dos policiais militares nesse aspecto.

Outro aspecto relevante é o da comunicação, os resultados sugerem que pode haver desafios na comunicação com pessoas surdas. Isso pode se traduzir em barreiras para o acesso à informação e aos serviços para esse grupo, destacando a importância da adoção de práticas específicas para os policiais militares, assim como será destacado na seção 2.3, culminando paliativamente, na necessidade de adoção de um Procedimento Operacional Padrão para abordagem às pessoas surdas, conforme proposto no apêndice B.

Há necessidade de mais ações de formação e de conscientização para que policiais militares possam interagir com pessoas surdas e garantir uma sociedade mais inclusiva e acessível.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou diagnosticar o nível de conhecimento dos alunos sargentos do Curso de Formação de Sargentos (CFS) da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), edição 2023, quanto à Língua Brasileira de Sinais (Libras) e sua preparação para o atendimento à população surda. Considerando-se o expressivo número estimado de pessoas surdas no estado - cerca de 102.730 indivíduos - e a capilaridade da PMSC, com 9.483 integrantes espalhados por todo o território catarinense, torna-se evidente a relevância da temática abordada.

Os dados apontaram que a maioria dos alunos sargentos atua predominantemente na atividade operacional e tem grande possibilidade de, em algum momento de sua trajetória profissional, interagir com uma pessoa surda. Ainda assim, 76,5% dos respondentes declararam não conhecer Libras, e apenas 0,6% afirmaram ter fluência. A ausência de contato sistematizado com a temática em cursos de formação e capacitação foi outro ponto crítico evidenciado, o que compromete a eficácia comunicacional das abordagens.

Apesar dos esforços empreendidos pela Academia de Polícia Militar da Trindade (APMT), especialmente com a inclusão da disciplina de Libras nos cursos de formação desde 2014, constata-se que a formação continuada e a capacitação prática dos policiais formados ainda carecem de investimentos mais robustos. Essa lacuna pode gerar dificuldades operacionais, falhas na mediação de conflitos e risco de violação de direitos fundamentais da pessoa surda, considerando a centralidade da comunicação como meio de atuação da polícia ostensiva.

Com base nesses achados, foi proposta a criação de um Procedimento Operacional Padrão (POP) para orientar abordagens policiais a pessoas surdas, com foco na segurança, padronização, eficiência e respeito à diversidade comunicacional. O POP, ainda que paliativo, visa subsidiar o policial militar que não domina Libras, oferecendo um roteiro prático para interação inicial, com suporte visual e referências técnicas.



Entre as limitações desta pesquisa, destaca-se a restrição da amostra à 1ª edição do CFS 2023 e o foco exclusivo nos discentes da APMT, o que pode comprometer a generalização dos resultados para o efetivo total da corporação. Adicionalmente, não foram exploradas as percepções das pessoas surdas quanto à atuação da PMSC, nem o impacto prático das abordagens já realizadas.

Como sugestões para pesquisas futuras, recomenda-se: (a) ampliar a investigação para outras edições e níveis de formação na PMSC; (b) incluir a perspectiva da comunidade surda sobre a atuação policial; (c) avaliar o impacto da adoção do POP proposto na redução de falhas comunicacionais; (d) investigar a efetividade de metodologias de ensino de Libras voltadas a profissionais da segurança pública; e (e) realizar análises comparativas entre estados da federação quanto à implementação de políticas inclusivas na formação policial.

Conclui-se que a qualificação dos policiais militares para a comunicação inclusiva com a população surda é imprescindível à promoção de uma segurança pública democrática, acessível e pautada nos direitos humanos. O fortalecimento das ações formativas e a adoção de práticas institucionais padronizadas, como o POP aqui proposto, podem contribuir significativamente para esse processo, garantindo à comunidade surda um atendimento digno, eficiente e cidadão.

REFERÊNCIAS

BALESTRERI, R. B. **Direitos humanos**: coisa de polícia. Passo Fundo, RS: CAPEC, 1998.

BEHARES, L. E. A educação e os direitos linguísticos dos surdos: relações, princípios e políticas públicas. **Políticas Educativas**, Santa Maria, v.1, n.1, p. 193-208, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/77084/45817>. Acesso em: 30 jul. 2023.

BENASSI, C. A.; DUARTE, A. S; PADILHA, S. de J. Libras no ensino superior: sessenta horas para aprender a língua ou para saber que ela existe e/ou como se estrutura. **Revista de Letras Norte@mentos**: estudos linguísticos, v.15, n.10, p. 48-60, jul./dez., 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/4145501/LIBRAS_NO_ENSINO_SUPERIOR_SESENTA_HORAS_PARA_APRENDER_A_L%C3%8DNGUA_OU_PARA_SABER_QUE_ELA_EXISTE_E_OU_COMO_SE ESTRUTURA. Acesso em: 30 jul. 2023.

BOND, L. Surdos enfrentam dificuldade para atendimento em saúde. **Agência Brasil**, 07 out. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-10/surdos-enfrentam-dificuldade-para-atendimento-em-saude>. Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 5 de outubro de 1988**. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. [IBGE, 2011]. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico: características da população e domicílios** [Internet]. 270p. [citado 2020 Apr 16]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=793>. Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020**. Institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031. [2020a]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10531.htm#:~:text=DECRETA%3A-Art.federal%20direta%2C%20aut%C3%A1rquica%20e%20fundacional. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm#art1. Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 30 jul. 2023.



BRASIL. Ministério da Economia. **Estratégia federal de desenvolvimento para o Brasil 2020-2031**. Brasília, DF: Ministério da Economia, [2020b]. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/gestao/estrategia-federal-de-desenvolvimento>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos**. 2. ed. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunossurdos.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. [2023]. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2023.

CORREA, G. T. *et al.* Uso de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) comportamentais na realização de atividades profissionais. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 1011-1017, jun. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572020000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 ago. 2023.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DIZEU, L. C. T. B.; CAPORALI, S. A. A língua dos sinais construindo o surdo como sujeito. **Educação Social Campinas**, v. 26, n. 91, p. 583-597, maio/ago., 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LScdWL65Vmp8xsdkJ9rNyNk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de julho de 2023.

ESTRATÉGIA ODS. **Sobre a estratégia**. 2023. Disponível em: <https://www.estrategiaods.org.br/sobre-a-estrategia>. Acesso em: 09 ago. 2023.

IBGE. **Censo brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PFEIFER, P. Surdez: as dificuldades comuns que enfrentamos. **Crônicas da surdez**, 05 fev. 2020. Disponível em: <https://cronicasdasurdez.com/surdez-dificuldades/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

PINC, T. Abordagem policial: um encontro (des)concertante entre a polícia e o público. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 1, n. 2, p. 6- 23, 2007. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/13/11>. Acesso em: 30 jul. 2023.

PMSC. Diretoria de Pessoal. **[Dados de gestão]**. Florianópolis: PMSC, 2023a. [Dados internos. Acesso restrito].

PMSC. Agência Central de Inteligência. **[Dados de ocorrências]**. Florianópolis: PMSC, 2023b. [Dados internos. Acesso restrito].

PMSC. Academia de Polícia Militar da Trindade. Divisão de Formação e Graduação. **[Dados de gestão acadêmica]**. Florianópolis: PMSC, 2023c. [Dados internos. Acesso restrito].

PMSC. Academia de Polícia Militar da Trindade. Divisão de Ensino Continuado. **[Dados de gestão de ensino]**. Florianópolis: PMSC, 2023d. [Dados internos. Acesso restrito].

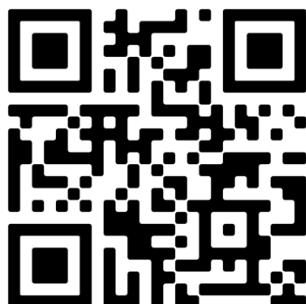
PRODANOV, C. C.; ERNANI, C. de F. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>. Acesso em: 30 jul. 2023.

RIBEIRO, D. C. V. Abordagem à pessoa surda na Polícia Militar (PA): uma avaliação sobre a necessidade de capacitação do policial militar. **CESDH**, ano 1, n. 16, abr., 2021. Disponível em: https://pepcex.com.br/wp-content/uploads/2021/04/Ponto-de-Vista_Ano1_n16.pdf . Acesso em: 30 jul. 2023.

SANTA CATARINA. Polícia Militar de Santa Catarina. Estado-Maior Geral. ROSA, A. J. P. da *et al.* **Manual de técnica de polícia ostensiva**. 7. ed. Florianópolis, SC: PMSC, 2022.



APÊNDICE A – Questionário aplicado



APÊNDICE B – Procedimento Operacional Padrão

